



## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2018**

### 1. PREAMBULO

A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. – CEASA/PR, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, com sede na Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143 – Bairro Jardim Social – CEP 82.530-010 – Curitiba – Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 75.063.164/0001-67, torna público que promoverá nas condições enunciadas neste Edital, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, de apoio administrativo, visando suprir as necessidades das divisões: administrativa e financeira da Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA/PR – Unidade Curitiba.

A presente licitação será processada e julgada com fundamento nas disposições contidas na Lei 13.303/16, na Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/06 e nas normas que regem o presente objeto da licitação.

### 2. DA ABERTURA

A abertura da presente licitação dar-se-á no dia 13 de abril de 2018 às 09:00 horas, na Administração Central da CEASA/PR, sito Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143 – Bairro Jardim Social – CEP 82.530-010 – Curitiba – Paraná, e será conduzida por Pregoeiro e Equipe de Apoio.

- 2.1. Os interessados em participar da presente licitação poderão obter o Edital e seus Anexos gratuitamente no Portal das Centrais de Abastecimento do Paraná CEASA/PR www.ceasa.pr.gov.br., link licitações Licitações Diversas Administração Central, ou ainda, através do e-mail licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br.
- 2.2. As dúvidas, esclarecimentos, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente Edital poderão ser dirimidas pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio da CEASA/PR, através do e-mail <u>licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br</u>, ou através do telefone (41) 3253-3232, setor de licitação.

### 3. OBJETO

3.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de mão de obra qualificada, para atendimento de demanda administrativa, financeira nas Unidades Atacadistas da CEASA/PR e Administração Central.

### 4. ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

**ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO** 

ANEXO III - DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

ANEXO IV - DOCUMENTOS ENVELOPE "A" - PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO V - DOCUMENTOS ENVELOPE "B" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VIII - MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENOR

ANEXO IX - MODELO PLANILHA DE CUSTO

**ANEXO X - MINUTA - CONTRATO** 

### 5. DO PREÇO MÁXIMO

O valor máximo estimado da contratação para 12 (doze) meses é de R\$ 322.859,88 (trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, e oitenta e oito centavos), sendo um valor mensal estimado de R\$ 26.904,99 (vinte e seis mil, novecentos e quatro reais e noventa e nove centavos).

### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**6.1.** Somente será admitida a participação neste certame de pessoa jurídica que comprove com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade





- compatível com o objeto desta licitação, que preencherem as condições estabelecidas neste edital em consonância com a legislação específica e vigente.
- 6.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob: autofalência, falência, concordata, recuperação de credores, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado do Paraná, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **6.3.** Também será vedada a participação de licitantes na licitação, quando:
  - a) Empresa que tenha débitos para com a Administração Pública;
  - b) Empresa em cuja composição societária possua sócios de empresas suspensas de licitar, contratar e/ou tenha débitos para com a Administração Pública;
  - c) Suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública;
- 6.4. Os licitantes participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, podendo verificar as condições atuais, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do termo, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações. A participação no presente certame implicará na aceitação total de todas as condições do presente Edital.
- 7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES, PROPOSTA COMERCIAL (A) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):
  - **7.1.** Os envelopes, PROPOSTA COMERCIAL (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

### **ENVELOPE "A" - PROPOSTA COMERCIAL**

PROCESSO: N° 15.054.768-7

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 001/2018 DATA DA ABERTURA: 13/04/2018 – 09:00

| RAZAO SOCIAL:_ |  | <br> |  |
|----------------|--|------|--|
| ENDEREÇO:      |  |      |  |

## **ENVELOPE "B" - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

PROCESSO: Nº 15.054.768-7

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 001/2018 DATA DA ABERTURA: 13/04/2018 – 09:00

RAZÃO SOCIAL: ENDEREÇO:

- **7.2.** Os documentos de habilitação do licitante: Os licitantes ou representantes regularmente nomeados com poderes específicos, deverão comparecer às sessões para a apresentação dos lances, inclusive interpor ou desistir de recursos.
  - **7.2.1.** O representante, em sendo sócio ou dirigente da licitante, deverá apresentar cópia do respectivo contrato social ou estatuto, este acompanhado da ata de eleição da diretoria, no qual estejam expresso seus poderes.
  - **7.2.2.** O licitante de empresa individual que participar diretamente deverá apresentar Cédula de Identidade e o requerimento do empresário registrado na Junta Comercial.
  - 7.2.3. O credenciamento do representante será procedido pela apresentação de procuração ou documento subscrito pelo licitante, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número da Cédula de Identidade CI e Cadastro Pessoa Física CPF. Os licitantes ou seus representantes deverão indicar o nome do responsável legal autorizado para assinatura do termo.
  - **7.2.4.** Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por via Internet, páginas numeradas preferencialmente encadernadas ou preparadas em pasta,





para que não existam documentos soltos.

- **7.2.5.** A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao PREGOEIRO, por ocasião da abertura do ENVELOPE B, para a devida autenticação.
  - **7.2.5.1.** O documento original a ser apresentado não deve integrar o ENVELOPE.
  - **7.2.5.2.** Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.
  - 7.2.5.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.
  - **7.2.5.4.** Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado, observando item 5.2 desde edital.
- **7.2.6.** Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.

### 8. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

- **8.1.** O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação indicado pela Secretaria de Estado de Comunicação Social, bem como será divulgado no PORTAL CEASA <a href="https://www.ceasa.pr.gov.br">www.ceasa.pr.gov.br</a>. Os interessados em participar da presente licitação poderão obter o Edital e seus Anexos gratuitamente, acessando no *link* <a href="mailto:">"Licitações Licitações Diversas Administração Central"</a>, ou através do e-mail <a href="mailto:licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br">licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br</a>.
- 8.2. O encerramento para entrega da(s) proposta(s), será no dia 13 de abril de 2018 às 09:00 horas, na Administração Central da CEASA/PR, sito Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143 Bairro Jardim Social CEP 82.530-010 Curitiba PR, será considerado uma tolerância máxima de 5 (cinco) minutos.

### 9. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

**9.1.** As dúvidas, esclarecimentos, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente Edital, poderão ser dirimidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio da CEASA PARANÁ, através do e-mail <u>licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br</u>, ou através do telefone (41) 3253-3232, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

### 10. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 10.1. É facultado aos interessados a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, em conformidade com o § 1º do Artigo 87 da Lei 13.303/2016.
  - Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na CEASA/PR, Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143 Bairro Jardim Social CEP 82.530-010 Curitiba PR, no horário das 08:00hs as 11:30hs 13:00hs as 16:30hs.
  - 10.1.1. As medidas referidas no subitem anterior poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço constantes do subitem 8.2. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do e-mail licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 8.2.
  - **10.1.2.** A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.





- **10.1.3.** O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.
- 10.1.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, a licitante, entregar os documentos de PROPOSTA COMERCIAL e a HABILITAÇÃO, para o Pregoeiro e Equipe de Apoio, junto com as outras licitantes, na data, hora e local fixados neste Edital.
- 10.1.5. Divulgada a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio, no tocante a fase de habilitação ou classificação, se dela discordar, a licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor recurso administrativo, após a data de divulgação do resultado;

### 11. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

11.1. Os documentos para Credenciamento, Envelopes Proposta Comercial e Documentos de Habilitação se dará no dia 13 de abril de 2018 às 09:00 horas na sala de reuniões da Administração Central, sito Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143 – Bairro Jardim Social – CEP 82.530-010 – Curitiba – PR.

## 12. ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL - "A"

**12.1.** Compete ao PREGOEIRO proceder à abertura dos ENVELOPES PROPOSTA DE OFERTAS.

### 13. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DAS PROPOSTAS COMERCIAL

- **13.1.** O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS COMERCIAL sempre levando em conta as exigências fixadas em Edital.
- **13.2.** Definidas as PROPOSTAS COMERCIAL que atendam às exigências, envolvendo o objeto e o valor, o PREGOEIRO elaborará a classificação provisória das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço.
- 13.3. Não serão considerados envelopes entregues após a data e horário estipulado no item 8.2 deste Edital, ainda que enviados através do correio ou por outro serviço de entrega ou de remessas expressas. A CEASA/PR não se responsabilizará por prejuízos advindos de quaisquer atrasos na entrega dos envelopes.

### 14 DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAL

- **14.1.** Será desclassificada a PROPOSTA COMERCIAL que:
  - a) contenham vícios insanáveis;
  - b) descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
  - c) apresentem preços manifestamente inexequíveis;
  - d) se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
  - e) não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CEASA/PR;
  - f) apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

### 15. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE OFERTAS VERBAIS

- **15.1.** Para efeito de OFERECIMENTO DE OFERTAS VERBAIS, o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço.
- **15.2.** Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas, em conformidade com a previsão estabelecida no subitem anterior, o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente inferiores, quando houver, para que suas proponentes participem das ofertas, quaisquer que tenham sido as ofertas oferecidas nas propostas, observada a previsão no subitem sequinte.
  - **15.2.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer oferta, as seguintes regras:
    - 15.2.1.1. Na hipótese da ocorrência do empate, a correspondente definição





será levada a efeito por meio de sorteio e, cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá a oferta.

- **15.2.1.1** Fica assegurada como critério de desempate para a classificação de ofertas verbais a preferência às ME e EPP, de acordo com o artigo 44 § 1º e § 2º da Lei complementar nº 123/2006.
- 15.3. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o PREGOEIRO poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do objeto, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, da limitação de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e a própria oferta cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

### 16. OFERECIMENTO / INEXISTÊNCIA DE OFERTAS VERBAIS

- **16.1.** Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas / lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- **16.2.** O oferecimento das ofertas verbais deverá sempre ser em frações igual ou superior a R\$ 100,00 (cem reais) sobre a menor oferta.
- **16.3.** A etapa de OFERECIMENTO DE OFERTAS VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade por parte das proponentes.
- **16.4.** O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE OFERTAS VERBAIS ocorrerá quando todos as proponentes declinarem da correspondente formulação.
- **16.5.** Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE OFERTA e classificadas as propostas na ordem decrescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de oferta, sempre com base na última oferta, apresentado o PREGOEIRO, examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada.
  - **16.5.1.** É facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente de menor preço, para que seja obtida oferta melhor.
- **16.6.** Na hipótese de não realização de oferta verbal, o PREGOEIRO verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
  - **16.6.1.** Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e da oferta, também é facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtida oferta melhor.
- **16.7.** Encerrada a fase de oferta verbal, a oferta de menor valor, será aberto o envelope B, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da proponente com a melhor oferta, facultando o saneamento de falha(s) formal(is) relativa(s) à documentação na própria sessão, os documentos deverão ser apresentados de acordo com o Anexo V deste Edital.
  - 16.7.1. Para efeito do saneamento a que se refere o subitem anterior, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is).
- **16.8.** Constatado o atendimento das exigências habilitatórias, previstas no EDITAL, realizado pela equipe de apoio, durante o certame, a proponente será declarada vencedora.
- **16.9.** Se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a oferta subsequente de menor preço.
  - **16.9.1.** Sendo a proposta aceitável, o PREGOEIRO verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação em conformidade com o solicitado no Anexo V.

### 17. RECURSO ADMINISTRATIVO

- **17.1.** Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediatamente por escrito e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.
- 17.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/ procedimento





do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ocorrência.

- **17.3.** As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar no término do prazo do RECORRENTE.
- **17..4.** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informados, à autoridade competente para decisão.
- **17.5.** Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 8.2 deste EDITAL.
- **17.6.** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 18. ADJUDICAÇÃO

- **18.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora.
- **18.2.** Inexistindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão dos mesmos, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora.

### 19. HOMOLOGAÇÃO

- **19.1.** Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- **19.2.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicada para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

## 20. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

20.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no Diário Oficial do Estado, Jornais de grande circulação definidos pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e acessando no link "Licitações – Licitações Diversas Ceasa – Administração Central", divulgado no PORTAL CEASA www.ceasa.pr.gov.br.

### 21. CONTRATAÇÃO

- 21.1. O objeto deste PREGÃO será contratado com a proponente adjudicada e formalizado por meio de Contrato (ANEXO X). Não sendo celebrado com esta, poderá o órgão licitante convocar a(s) outra(s) proponente(s) classificada(s), observada a previsão contida no inciso XXIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02.
  - **21.1.1.** A proponente adjudicada deverá comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
  - **21.1.2.** A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, nos termos do subitem 20.1.
  - 21.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela PERMITENTE. Não havendo decisão, a assinatura do Contrato deverá ser formalizada até o 10 (décimo) dia útil, contado da data da convocação.
- 21.2. Para a formalização contratual, além de consulta ao sítio eletrônico www.ceasa.pr.gov.br para efeito de verificação de eventuais sanções aplicadas à proponente adjudicada, examinar-se-á, por meio da Internet, a regularidade com a Certidão Negativa de Débito do FGTS, Certidão Negativa de Débito do INSS, Certidão Negativa de Débito Quanto à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débito da Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal (da sede), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (Lei n.º 12.440/2011).
  - **21.2.1.** Não sendo possível a consulta via Internet, das certidões apresentadas para habilitação ou aquelas integrantes do cadastro estiver vencida, a proponente adjudicada será devidamente notificada para, até a data da celebração do





Contrato, comprovar a exigência referida.

- 21.3. A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, observado o prazo estabelecido, bem como deixar de apresentar situação regular na forma dos subitens 21.2 e 21.2.1., caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicada, sujeitando-a as sanções previstas no item 26 e subitens.
- **21.4.** O Contrato terá vigência a contar de sua assinatura.
- 21.5. Será de inteira responsabilidade da proponente, quaisquer danos morais e materiais causados a CEASA/PR, seus empregados e a terceiros, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados, respondendo solidariamente com estes, nos termos da legislação pertinente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, o fato da CEASA/PR fiscalizar suas atividades.

### 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **22.1** Pela inexecução total ou parcial do contrato a CEASA/PR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
  - I advertência;
  - II multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
  - III suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - **22.1.1** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CEASA/PR ou cobrada judicialmente.
  - 22.1.2 As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas combinado a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 22.2 As sanções previstas no inciso III, do item 22.1, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
  - I tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - II tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - III demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CEASA/PR em virtude de atos ilícitos praticados.

### 23. DISPOSICÕES GERAIS

- **23.1.** As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do futuro Contrato.
- **23.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 23.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.
- 23.4. A autoridade competente para determinar a contratação, poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **23.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.
- **23.6.** A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo





- que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.
- **23.7.** A apresentação da proposta de ofertas implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- **23.8.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.
- **23.9.** Este Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente adjudicada, farão parte integrante do Termo, independentemente de transcrição.
- **23.10.** Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação estadual e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.
- **23.11.** Será competente o foro da Comarca de Curitiba-PR, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

Curitiba, 16 de março de 2018.

Natalino Avance de Souza Diretor-Presidente





### ANEXO I

### **TERMO DE REFERENCIA**

### 1. OBJETO

Contratar pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, de apoio administrativo financeiro, visando suprir as necessidades das divisões: administrativa e financeira da Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA/PR – Unidade Curitiba.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 Faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados uma vez que a companhia não dispõe de recursos humanos no Quadro de Pessoal para a realização destas obrigações. A contratação se dá em função dos serviços serem de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atividades.

## 3. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

**3.1** Será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** <u>menor preço,</u> conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, dentro dos trâmites da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016.

### 4. OBJETO

4.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo financeiro, de natureza contínua, visando suprir as necessidades da CEASA/PR.

| PESSOAL   | QUANTIDADE | LOCAL DE EXECUÇÃO DOS<br>TRABALHOS |
|---|------------|------------------------------------|
| Supervisor  | 01         | Administração Central              |
| Assistente Administrativo Financeiro com atividades especiais | 03         | Administração central              |

### 4.2 LOCAL

4.2.1 Os serviços serão executados:

| UNIDADE/ADMINISTRAÇÃO CENTRAL       | ENDEREÇO  |
|-------------------------------------|---|
| Divisão Financeira e Administrativa | Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143 – Bairro Jardim<br>Social – CEP 82.530-010 – Curitiba – Paraná |

**4.2.2** Os serviços poderão vir a ser executados em outros imóveis pertencentes a CEASA/PR em Curitiba (PR).

### 5. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

### 5.1. SUPERVISOR

### 5.1.1 Requisito Mínimo

a) Graduação compatível, Administração ou Ciências Contábeis;

5.1.2Atribuições





- a) Representar junto à contratante em caráter de tempo integral, para exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive, quanto ao cumprimento das atividades diárias, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo seu pessoal. Ficando claramente que os prestadores de serviços disponibilizados para execução do contrato estão subordinados hierarquicamente a este profissional;
- b) O supervisor manterá contato direto com a Contratante, visando a resolver problemas que por ventura venham surgir no dia a dia;
- c) O supervisor será responsável por:
  - Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados nas dependências da Contratante, garantindo o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a sua realização;
  - Estar sempre em contato com Contratante, adotando providências pertinentes para a correção de falhas detectadas;

### **5.2. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO**

### 5.2.1 Requisito Mínimo

a) Graduação compatível, Administração ou Ciências Contábeis;

### 5.2.2 Atribuições

- a) Participar diretamente na conferência, digitação de documentos relacionados a aquisições de serviços e/ou materiais, incluso movimentações financeiras, cerca de 8 (oito) mil registros mensais, com integração online ou offline;
- b) Em conjunto com o corpo de empregados da Divisão Financeira e da Divisão Administrativa, auxiliar na preparação, conferência e controle dos itens destinados a arrecadação mensal: Tarifa produtores, TPRU – Termo de Permissão Remunerada de Uso e o Rateio de Despesas, recuperadas junto aos permissionários:
- c) Participar diretamente para a integração e operacionalização dos módulos partes integrantes do ERP (Sistema de organização que integra todos os processamentos da companhia):
- d) Participar diretamente nos trabalhos de retenção, controle e preparação do recolhimento de: (IRRF, CSSL, INSS, PIS/COFINS e ISS), bem como dos preparos da: CSSL e IRPJ e PIS/PASEP/COFINS mensais e DIRF anual;
- e) Participar diretamente na Preparação, Validação e Entrega dos arquivos eletrônicos abaixo relacionados, ou outros que venham a substituí-los ou criados pelos agentes fiscalizadores, dentro dos prazos legais:
  - Arquivos eletrônicos (SPED) para atender Receita Federal do Brasil, somando-se as declarações eletrônicas de retenções de ISS, exigência dos municípios.
  - Arquivo Eletrônico SEI-CED (Sistema Estadual de Informações Captação Eletrônica de Dados), informações estas enviadas em frequência quadrimestral para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. E informações relacionada a transparência exigidas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.
- f) Participar diretamente nos registros dos módulos: compras, estoque, faturamento, financeiro e dos bens patrimoniais;
- g) Participar diretamente dos controles físicos/financeiros dos bens patrimoniais, entendendo-se: manutenção do cadastro de itens dos bens, aquisições e baixa de bens e o valor depreciado. Atualmente os bens são controlados através de Software não integrado fornecido pela SISPRO S/A Serviços de Tecnologia da Informação gerando os relatórios societários IFRS e os relatórios fiscais BR. Está em andamento a migração do controle dos bens para a Totvs Gestão de Patrimônio, cuja migração deverá ser com a participação da contratada;
- h) Realizar conferências e fechamento da folha de pagamento destinada a escrituração contábil mensal, advindo do Software Gestão Folha de Pagamento.





## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas pela legislação;
- b) Manter seu cadastro de documentação junto à Contratada, Certidões Negativas de Débitos em dia, compreendendo: Federal, Estadual, Municipal. FGTS, INSS e Trabalhista;
- c) Comunicar de imediato a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a realização normal dos serviços, em parte ou no todo, indicando, quando for o caso, as medidas para corrigir a situação;
- d) Caberá a CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades inseridas neste Termo de Referência, na Minuta do Contrato e daquelas constantes no Edital;
- e) Manter endereço atualizado da sede da empresa ou escritório comercial;
- f) A prestadora de serviços deverá possuir quadro de pessoal qualificado para a realização dos serviços a serem assumidos.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Ceder em sua sede, no horário normal de funcionamento, as condições (espaço físico, mobiliário, hardware e software) para a realização dos serviços;
- b) Disponibilizar o acesso ao Sistema Protheus da empresa Totvs S/A., interligados pelos módulos: ativo fixo, compras, estoques, financeiro e gestão de pessoal para registros e conferências;
- c) Designar pessoas que serão responsáveis para informar, controlar e supervisionar a prestação dos serviços, assim como fomentar a proponente com informações necessárias para o cumprimento de suas atribuições;
- d) Acompanhar e Fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da gerência da área:
- e) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado, preferencialmente em papel timbrado, devidamente assinada por representante legal formalmente substabelecido, comprovando-se a regularidade da representação em conformidade com os atos constitutivos da empresa.

### 9. DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Sob pena de ser eliminada da licitação, a proponente deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação:

### a) Relativa à **REGULARIDADE JURÍDICA**, conforme o caso:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações (sociedades anônimas), acompanhado de eleição e seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso, de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

### b) Relativa à **REGULARIDADE FISCAL**, conforme o caso, consistirá em:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável legal e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social a ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento de encargos sociais instituídos por lei;
- Certidão comprobatória de regularidade junto à justiça do Trabalho TRT (e não Ministério do Trabalho);





- Prova de regularidade com o CRA - Conselho Regional de Administração e CFA - Conselho Federal de Administração;

## c) Relativa à **QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS**, conforme o caso, consistirá em:

- Comprovar prestação de serviços em período não inferior a 1(um) ano, para Sociedades Anônimas (S.A) de Capital Aberto ou Fechado;
- Comprovar prestação de serviços em período não inferior a 1(um) ano, operando os módulos: ativo fixo, compra, estoques, financeiro e gestão de pessoal do Sistema Protheus da empresa Totvs S/A;

A comprovação dos itens acima deverá ser através de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica, assinada por representante(s) legal(s), com firma reconhecida em cartório ou deverá o licitante estar em mãos com o original para autenticação da pregoeira ou equipe de apoio.

- A empresa deverá comprovar através de contrato de trabalho ou contrato social, possuir em seu quadro de pessoal ou no quadro societário um preposto com especialização em finanças, com certificado de entidade reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, visando resolver eventuais situações não solucionadas pelo supervisor;

## 10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor máximo estimado da contratação para 12 (doze) meses é de R\$ 322.859,88 (trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos), sendo um valor mensal estimado de R\$ 26.904,99 (vinte e seis mil, novecentos e quatro reais e noventa e nove centavos).

### 11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

**11.1** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses previsto na legislação, ou até a realização de concurso público.

### 12. DOS RECURSOS

As despesas provenientes da presente contratação correrão à conta de próprios da CONTRATANTE, fonte 250, classificação orçamentária equivalente a 33903900.

### 13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será considerada vencedora do certame a licitante que, após análise da proposta de preço e dos documentos de habilitação, atendidas as exigências do Edital e seus anexos, houver ofertado o menor preço dos serviços objeto deste Termo de Referência

João Ataíde da Costa Gerente da Divisão Financeira





## **ANEXO II**

## PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

| Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço           |
|--|
| completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º e Inscrição Estadual sob                                |
| n.º, representada neste ato por seu (qualificação) do outorgante Sr(a),                                  |
| portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º, nomeia e constitui seu                             |
| Procurador o(a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º  |
| e CPF n.º, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social                          |
| da Empresa) perante Pregoeiro e Equipe de Apoio da CEASA/PR, no que se referir ao PREGÃO                 |
| PRESENCIAL N.º 001/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do               |
| PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS                         |
| DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B)                      |
| em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na etapa de lances, desistir               |
| verbalmente de formular lances ou ofertas na etapa de lance, negociar a redução de preço, desistir       |
| expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata  |
| e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da |
| sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos      |
| pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.   |
| A presente Procuração é válida até o diade de 2018.  |
|  |
|  |
| Local e data.  |
|  |
|  |
| Assinatura do representante legal  |

RECONHECIMENTO DE FIRMA.





### ANEXO III

### **DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, deverá ser apresentada os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia;
- b) Para representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, deverá apresentar procuração específica para este ato, conforme modelo constante no Anexo II, observando a obrigatoriedade do reconhecimento de firma do proponente, cujo representante passa a ter poderes, podendo formular ofertas verbais ou desistir na etapa de ofertas, negociar a majoração de oferta, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame;
- c) Contrato Social ou Certidão Simplificada na Junta Comercial;
- c) Declaração de inexistência de Fato Impeditivo, modelo Anexo VII.

Será admitido somente um representante por proponente, cuja ausência da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do PREGOEIRO.





# ANEXO IV DOCUMENTOS ENVELOPE "A" - PROPOSTA

1 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME ANEXO VIII

| 2 – PROPOSTA COME  | RCIAL                                |   |  |
|--|--------------------------------------|---|--|
| Nome/Razão Social:                                       |                                      |   | ·                                      |
|  |                                      |   |  |
|  |                                      |   |  |
| Tel.: (xx)   | Cel: (xx)                            | E-mail:                                     | ·                                      |
| Nome do Responsável                                      | ·                                    |   | ······································ |
| CPF:   | F                                    | RG:   |  |
| condições estabelecida PESSOAL                           | as em Edital, passamos a  QUANTIDADE | formular a seguinte proposta:  VALOR MENSAL | VALOR PARA 12 MESES                    |
| PESSUAL  | QUANTIDADE                           | VALOR MENSAL                                | VALUR PARA 12 MESES                    |
| Supervisor   | 01                                   |   |  |
| Assistente<br>Administrativo com<br>atividades especiais | 03                                   |   |  |
|  | TOTAL                                |   |  |
|  |                                      |   | ,                                      |
| Local:   | ,                                    | dede  | <b>9</b> .                             |

Assinatura do Representante Legal da Empresa





### **ANEXO V**

### **DOCUMENTOS ENVELOPE "B" - HABILITAÇÃO**

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes:

### 1 - Habilitação jurídica:

- **1.1** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações (sociedades anônimas), acompanhado de eleição e seus administradores;
- **1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso, de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

### 2 - Regularidade Fiscal:

- 2.1 CNPJ ativo (passível de comprovação por meio eletrônico);
- 2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **2.3** Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
  - **2.3.1** Para empresas de outra UF, apresentar prova de regularidade da Fazenda Pública do Estado do Paraná, nos termos do art. 193 do CNT¹.
- 2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 2.6 Prova de regularidade com o CRA Conselho Regional de Administração e CFA Conselho Federal de Administração;

### 3 - Qualificação Técnica

- **3.1** Comprovar prestação de serviços em período não inferior a 1(um) ano, para Sociedades Anônimas (S.A) de Capital Aberto ou Fechado;
- 3.2 Comprovar prestação de serviços em período não inferior a 1(um) ano, operando os módulos: ativo fixo, compra, estoques, financeiro e gestão de pessoal do Sistema Protheus da empresa Totvs S/A;
- 3.3 A comprovação dos itens acima deverá ser através de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica, assinada por representante(s) legal(s), com firma reconhecida em cartório ou deverá o licitante estar em mãos com o original para autenticação da pregoeira ou equipe de apoio.
- 3.4 A empresa deverá comprovar através de contrato de trabalho ou contrato social, possuir em seu quadro de pessoal ou no quadro societário um preposto com especialização em finanças, com certificado de entidade reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura MEC, visando solucionar eventuais situações não solucionadas pelo supervisor;

### 4 - Qualificação econômico-financeira:

**4.1** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem capital integralizado ou patrimônio líquido em valor mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, devidamente registrado na Junta Comercial ou Certidão Simplificada da Junta Comercial.

Esta comprovação poderá também se dar através da apresentação do <u>SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal</u> ou <u>Certificado de Registro de Habilitação</u>, fornecido pelo <u>Cadastro de Licitantes do Estado - CLE</u> da Secretaria de Estado da





Administração e da Previdência do Paraná;

**4.2** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

## 5 - Demais documentos exigidos:

- **5.1** Declaração de cumprimento de dispositivos legais conforme Anexo VII.
- **5.2** Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/99). Anexo VIII;
- **5.3** Os documentos exigidos neste Edital, deverão ser apresentados em cópia autenticada ou apresentar o original para autenticação perante a Comissão no momento da abertura dos envelopes.
  - Os documentos publicados em órgão de imprensa oficial e aqueles emitidos por meio de sistema eletrônico via Internet não necessitam de autenticação;
- 5.4 Planilha de Custo modelo Anexo IX





### **ANEXO VI**

## MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

|   |           |            | s da lei, que se enquadra<br>o porte), não se incluindo<br>/2006 e suas alterações. |
|---|-----------|------------|---|
| Local, de                               |           | de 2018    |   |
| REPRESENTAN<br>NOME<br>RG<br>ASSINATURA | ITE LEGAL | DA EMPRESA |   |

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO ENVELOPE DE PROPOSTA





### **ANEXO VII**

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018**

| (C.N.P.J.) sob o n°<br>DECLARA, sob as penas da le | , sediada na rua, nº              |
|--|-----------------------------------|
|  |                                   |
|  | , de de 2018.                     |
|  |                                   |
|  | Assinatura do representante legal |

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO CREDENCIAMENTO





### **ANEXO VIII**

## DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENOR

| (Empresa)               | ,  |
|-------------------------|--|
| C.N.P.J. n.º            | , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)                          |
|                         | , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do                                  |
| CPF nº                  | , DECLARA para os devidos fins, sob as penas da Lei, que não utiliza a           |
| mão de obra direta ou i | ndireta de menores de dezoito (18) anos para a realização de trabalhos noturnos, |
|                         | ores, para a execução do objeto licitado – Pregão Presencial n.º                 |
|                         |  |
|                         | Local e data.  |
|                         |  |
|                         |  |
|                         | Assinatura e carimbo da Empresa.   |

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO





## **ANEXO IX**

## **MODELO PLANILHA DE CUSTO**

|  | ROFISSIONAL: ASSIS<br>DRÇAMENTO BÁSICO |          |            |                           |
|--|--|----------|------------|---------------------------|
|  | CUSTO E FORMAÇÃO                       |          |            |                           |
| 1 - REMUNERAÇÃO/MÃO-DE-OBRA                  | A - UNIT/MÊS                           | B - QTDE |            | CUR TOTAL =(A v. B v. C)  |
| 1 - REMORENAÇÃO/MAO-DE-ODIA                  | A - ONTIMILS                           | D-QIDE   | C-LNC.SAL. | SUB-TOTAL =( A x B x C)   |
|  |  |          |            |                           |
| SOMA (1)                                     |  |          |            |                           |
|  | D - %                                  |          |            | SUB-TOTAL = (1) x D%      |
| Encargos Sociais                             |  |          |            | _                         |
| SOMA(2)                                      |  |          |            |                           |
| 3 - BENEFÍCIOS                               | E - Vr. Unit.                          | F - N°.  |            | R\$ 0,00                  |
| Vale Transporte - CL 14ª CCT                 |  |          |            | -                         |
| Seguro de Vida – CL 16ª CCT                  |  |          |            | _                         |
| Assistência Médica - CL. 15ª CCT             |  |          |            | _                         |
| Fundo de Formação Profissional – CL. 22ª CCT |  |          |            | _                         |
| Vale Alimentação – CL 13ª CCT                |  |          |            | -                         |
| SOMA (3)                                     |  |          |            |                           |
| TOTAL MONTA                                  | NTE A (1+2+3)                          |          |            |                           |
| 4 - INSUMOS                                  | G - Vr. Unit.                          | H - N°.  |            | SUB-TOTAL= (G x H)        |
|  |  |          |            | -                         |
|  |  |          |            | -                         |
|  |  |          |            | -                         |
| 2014 (1)                                     |  |          |            | -                         |
| SOMA (4)<br>5 - CRÉDITOS (COFINS E PIS)      |  |          |            |                           |
| TOTAL MONT                                   | TANTE B (4-5)                          |          |            |                           |
| 6 - CUSTO OPERACIONAL A + B                  | 7.11.1.2.2 (1.0)                       |          |            |                           |
|  | 1%                                     |          |            | SUB-TOTAL= (6) x 1 %      |
| 7 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO                    |  |          |            | -                         |
|  |  |          |            | SUB-TOTAL=(6) x J %       |
| 8 - LUCRO                                    |  |          |            | -                         |
| 9 - SOMA (6+7+8)<br>10 - IMPOSTOS            |  |          |            |                           |
| PIS PIS                                      |  |          |            | SUB-TOTAL=IMPOSTOS #DIV/0 |
| COFINS                                       |  |          |            | #DIV/0                    |
| ISS – Médio                                  |  |          |            | #DIV/0                    |
| 11 - SOMA DE ALÍQUOTAS/VALORES               | 0,00%                                  |          |            | #DIV/0                    |
| TOTAL GERAL                                  |  | L        | = (9) / K  | #DIV/0                    |





## INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO DA PROPOSTA

### 1. Metodologia de posto de trabalho:

- **1.1** Planilhas de formação de preços O licitante vencedor do certame deverá apresentar:
  - **1.1.1** Planilha única para supervisor e outra para Administrativo com atividades especiais;
- 1.2 Registre-se que a conveniência no preenchimento dos campos da planilha, cabe ao proponente, devendo o mesmo atentar-se para os custos vinculados e advindos das normas legais, sociais e tributárias, assim como aqueles custos inerentes à respectiva Convenção Coletiva da Categoria, será considerado a formação com base na CCT do SIEMACO.
- **1.3 Alíquotas de ISS**, como a regionalização envolve diversos municípios, para efeito de disputa os licitantes deverão preencher a planilha de custos considerando uma alíquota média. Para efeito de julgamento das propostas, será aceito qualquer alíquota entre 3,0% (três) por cento e 5,0% (cinco) por cento. A alíquota média indicada pelo licitante **não o exime de observar as alíquotas vigentes** e a forma de pagamentos previstos na legislação de regência, por ocasião da execução dos contratos.
- 1.4 Tarifas de Ônibus, como a regionalização envolve diversos municípios, para efeito de disputa os licitantes deverão preencher a planilha de custos considerando uma tarifa média. Para efeito de julgamento das propostas, será aceito qualquer tarifa entre R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos) e R\$ 5,00 (cinco reais). A tarifa média indicada pelo licitante não o exime de observar as tarifas vigentes e a forma de pagamentos previstos na legislação de regência, por ocasião da execução dos contratos.
- 1.5 Considerando tratar-se de contratação de serviços contínuo, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, o licitante Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

ESTA PLANILHA DEVERÁ SER APRESENTADA NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO





### **ANEXO X**

### MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. CEASA/ PR, sociedade de economia mista, CNPJ nº. 75.063.164/0001-67, com sede administrativa na Avenida Nossa Senhora da Luz, 2143, Bairro Jardim Social, Curitiba/PR, neste ato representada por NATALINO AVANCE DE SOUZA, portador do RG n.º 8.337.000-9 SSP/PR, CPF Nº 281.851.709-59, JOÃO LUIZ BUSO RG nº 1.178.639-1 SSP/PR, CPF nº 358.668.459-20, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa XXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF sob Nº XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada -CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora do RG Nº XXXXXXXXXXXXXXXX SSP/PR, CPF n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, acordam em celebrar o presente contrato, obedecidas as condições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 001/2018-CEASA/PR, nos termos do protocolo nº 15.054.768-7, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em mão de obra qualificada em apoio Administrativo Financeiro, para atender a Divisão Financeira da CEASA/PR, em conformidade com as especificações e necessidades descritas no **ANEXO I** do Edital, parte integrante deste Contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO.

A prestação de serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial nº 001/2018-CEASA/PR e que, independentemente de transcrição fazem parte integrante e complementar deste contrato: Edital de Pregão Presencial nº. 001/2018 com todos os seus anexos, Proposta e documentos que a acompanham firmados pela **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO PARA ASSINATURA E INÍCIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Centrais de Abastecimento do Estado do Paraná CEASA/PR. A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA terá o prazo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_) dias corridos, para colocar o serviço no local indicado pela CONTRATANTE, devidamente instalado, em perfeitas condições para atendimento do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses sucessivos e ininterruptos, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo se renovado, por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que satisfeitos os requisitos do art. 71 da Lei Federal 13.303/2016.

| $\sim$ 1 | VIIGIII |  | CONTRATO |
|----------|---------|--|----------|
|          |         |  |          |

| O presente contrato terá o | valor máximo me  | ensal de R\$         | (), perfazend        | o um valor máximo  |
|----------------------------|------------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| de R\$ ()                  | para o período d | le vinte e quatro me | eses, conforme estal | pelecido no Pregão |
| Presencial.                |                  |                      |                      |                    |





## CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O pagamento pela prestação dos serviços objeto desta licitação, será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo) dia útil do mês subsequente, contados a partir da apresentação da fatura mensal para a **CONTRATANTE**, desde que devidamente aprovadas e atestadas, deduzidas glosas e/ou notas de débitos.

**Parágrafo Primeiro –** A **CONTRATADA** é a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**Parágrafo Segundo –** A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação pela **CONTRATADA** do pagamento e recolhimento dos correspondentes encargos sociais, das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de acidentes do trabalho, assim como dos benefícios estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, e, ainda, com a apresentação dos seguintes documentos, em cópias devidamente autenticadas, conforme Decreto Estadual Nº. 4862/98:

- (I) Lista, em papel timbrado da **CONTRATADA**, do pessoal que efetivamente presta serviços junto à **CONTRATANTE**, por posto de trabalho;
- (II) Cópia da relação dos trabalhadores constantes no "Arquivo SEFIP" referente ao pessoal que efetivamente presta serviços junto à **CONTRATANTE**;
- (III) Certidões Negativas de Débito com o "INSS" e com o "FGTS";
- (IV) Comprovação de quitação, do mês anterior, dos débitos com a Previdência Social (INSS), FGTS, PIS, ISS, 13º Salário, Férias e demais encargos referentes aos empregados que efetivamente prestam serviços para a execução do objeto contratado junto à **CONTRATANTE**, todas devidamente quitadas pelo banco recebedor;
- (V) Folha de pagamentos, em papel timbrado da CONTRATADA;
- (VI) Cartões ponto de frequência;
- (VII) Comprovantes de quitação dos pagamentos efetuados ao pessoal que efetivamente presta serviços junto à **CONTRATANTE**, nas formas de holerite e de prova de depósito em conta bancária dos respectivos trabalhadores;
- (VIII) Comprovantes de pagamento de "vale-transporte" e "vale-refeição" efetuados ao pessoal que efetivamente presta serviços junto à **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Terceiro –** A nota fiscal e/ou fatura deverá obrigatoriamente identificar o mês da prestação do serviço, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido. O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**Parágrafo Quarto –** A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE** eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos ou contribuições, em função de alterações na legislação durante a vigência deste contrato.

**Parágrafo Quinto –** A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas e indenizações devidas pelo licitante vencedor, de acordo com os termos deste Edital.

**Parágrafo Sexto –** No caso de ser constatada irregularidade na(s) Notas Fiscais ou na documentação apresentada, a **CONTRATANTE** devolverá todos os documentos enviados à **CONTRATADA**, para as devidas correções. Ocorrendo esta hipótese, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis após a solução das respectivas pendências.

**Parágrafo Sétimo –** Ocorrendo a devolução da fatura, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.

**Parágrafo Oitavo –** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pelo órgão **CONTRATANTE**, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e dos termos deste Edital.

**Parágrafo Nono –** Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso e demonstração analítica de cada reajuste a ser aprovado pela **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste Instrumento correrão por conta do Orçamento Próprio da CEASA/PR, correspondente à Classificação Orçamentária Estadual 3390.39.00, com recursos próprios diretamente arrecadados, Fonte 250.





## CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO CONTRATUAL.

No interesse do órgão **CONTRATANTE**, poderá haver a "alteração" do contrato, especificamente em relação ao aumento ou supressão dos serviços prestados, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do pactuado, conforme previsão do art. 81, § 1º, da Lei n.º 13.303/2016.

**Parágrafo Primeiro** – É possível supressão acima de 25% do valor inicial do contrato, por convenção entre as partes, nos termos do art. art. 81, § 1º, da Lei n.º 13.303/2016;

**Parágrafo Segundo –** Qualquer alteração que implique aumento ou supressão dos serviços observará as normas contidas no art. 81, § 1º, da Lei n.º 13.303/2016, especialmente, a previsão do § 6º e 7º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente o contrato;

**Parágrafo Terceiro –** O esquecimento da **CONTRATADA** quanto ao seu direito de propor a repactuação, não será aceito como justificativa para pedido de efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não a pedir dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento;

Parágrafo Quarto – Havendo necessidade de "revisão" por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico/financeiro do contrato, após a devida comprovação pelo interessado – e não antes dos primeiros 12 (doze) meses – a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual, dependendo da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente, além de serem obedecidos os procedimentos constantes do art. 81 da Lei Federal 13.303/16 e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

**Parágrafo Quinto –** A revisão do preço contratual se efetivará de acordo como o previsto na Lei Federal n° 13.303/16, devendo retratar a variação efetiva do custo de produção, optando a Administração pela adoção do "Índice Geral de Preço de Mercado" (IGPM) acumulado do período;

**Parágrafo Sexto –** A **CONTRATADA** deverá encaminhar o pedido de reajuste por escrito, acompanhado de documentos comprobatórios, os quais serão analisados pela **CONTRATANTE**, que deverá se pronunciar pela aceitação total ou parcial ou ainda, pela rejeição do pedido, em até 10 (dez) dias úteis da entrega do documento devidamente protocolado;

**Parágrafo Sétimo –** Os serviços realizados em decorrência da licitação serão efetuados independentemente de contrato formal, nos termos do art. 69, da Lei 13.303/16, reconhecendo desde já o licitante que os respectivos empenhos representam compromisso entre as partes.

### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá fazer, até o momento da assinatura deste contrato, prestação de garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor máximo estimado para contratação no respectivo objeto, optando por uma das modalidades dispostas no art. 70, § 1°, da Lei Federal n° 13.303/16.

**Parágrafo Primeiro –** Quando ocorrer alteração do valor contratual, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente, junto com o pedido da alteração, apresentar Garantia Contratual no valor correspondente até 5% (cinco por cento) do valor da Alteração, com a mesma validade do item acima, podendo optar pelas modalidades art. 70, § 1°, da Lei Federal n° 13.303/16.

**Parágrafo Segundo -** Caso ocorra Renovação Contratual, a **CONTRATADA** se obrigará apresentar nova Garantia Contratual, nas mesmas condições acima citadas, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor que constará no Termo Aditivo, e assim sucessivamente, a cada alteração do valor contratual;

**Parágrafo Terceiro** – A garantia oferecida responderá pela execução contratual, aí compreendida a satisfação plena de pagamento dos salários e respectivos encargos referentes ao quadro de funcionários e colaboradores da **CONTRATADA**, como também pelo pagamento de eventuais multas impostas ou indenizações devidas;

**Parágrafo Quarto –** Tratando-se de caução em dinheiro, a mesma ficará retida em seu valor total e somente será devolvida, atualizada monetariamente, nos termos do parágrafo 4º do artigo 70 da Lei 13.303/16, após a execução do contrato, podendo então ser levantada pela **CONTRATADA** mediante requerimento.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, além das contidas no Edital e Anexo I do Pregão Presencial nº 001/2018-CEASA/PR:





- I A **CONTRATADA** é a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de acordo com o art. 77 da Lei nº 13.303/16;
- II Contratar pessoas idôneas para prestar os serviços nos locais e horários descritos no objeto deste contrato:
- **III –** Assumir integralmente e exclusivamente a responsabilidade das obrigações fiscais decorrentes deste contrato;
- IV Assumir danos e/ou prejuízos que ocorram em decorrência dos serviços contratados;
- V Coordenar e supervisionar a execução dos serviços;
- **VI –** Substituir os funcionários, cuja conduta seja julgada inconveniente, bem como os que estiverem em gozo de férias e em eventuais faltas;
- **VII –** Apresentar todos os meses a comprovação dos recolhimentos dos tributos e contribuições sociais obrigatórias por lei;
- VIII Fornecer os uniformes e EPI's necessários ao cumprimento do contrato;
- IX Apresentar certidões negativas dos tributos e contribuições quando solicitado pela CONTRATANTE;
- **X** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias nos serviços a serem prestados, até o limite de 25% do valor do contrato;
- XI Cumprir todas as condições estabelecidas neste Contrato e em seus documentos aplicáveis;
- XII A prestação dos serviços compreende os serviços descritos no ANEXO I;
- **XIII** Assinar o instrumento contratual em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificado pelo órgão **CONTRATANTE**, sob pena de decadência;
- **XIV** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o inciso I do art. 120 da Lei Estadual n° 15.340/06;
- **XV -** Responder pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com art. 40 da Lei n° 13.303/16;
- **XVI -** Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado ou na entrega a ser efetuada;
- **XVII -** Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de fac-símile, telefone e/ou endereço Presencial (e-mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração;
- **XVIII** Para fazer jus ao pagamento, o contratado deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminada dos serviços prestados;
- XIX A CONTRATADA deverá estar em dia quanto a sua Regularidade Fiscal até o final cumprimento do contrato decorrente deste certame licitatório;
- **XX –** A **CONTRATANTE** poderá a qualquer momento, realizar visitas visando a verificação da documentação e dos processos quanto ao atendimento das exigências prescritas no Edital.
- **Parágrafo primeiro -** Sem prejuízo das demais obrigações constantes deste instrumento, a **CONTRATADA** responsabiliza-se pelo cumprimento e deveres contratuais indicados a seguir:
- I Assumir integral responsabilidade civil e penal, responder pela boa execução dos serviços ora contratados, bem como, se responsabilizar por quaisquer danos, prejuízos ou desvios, furtos e roubos e todos os seus reflexos causados por seus funcionários, a título de dolo ou culpa, aos móveis, instalações e materiais de propriedade da **CONTRATANTE** ou de Terceiros, obrigando-se a reparar, indenizar ou substituir, num prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de descontar quando do pagamento das faturas;
- II Assumir integral e exclusiva responsabilidade, no que diz respeito às obrigações Fiscais, decorrentes deste Contrato, como também as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de acidentes do trabalho, e demais encargos sociais;
- III Submeter a execução dos serviços à fiscalização da CONTRATANTE, apresentando quando da assinatura do presente Contrato e quando houver modificação, relação nominal dos empregados por posto, com indicação de seus responsáveis à quem a fiscalização se reportará para comunicação e/ou contatos que se fizerem necessários, mencionando também as escalas de serviços, ficando entendido que os funcionários designados para a execução dos serviços não poderão se afastar de suas tarefas, dentro de seus horários de trabalho, e nem abandonar seus postos após o encerramento daqueles





horários, até que se processe a devida rendição;

- IV Segurar seu pessoal, contra riscos de acidentes de trabalho;
- V Atender todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica;
- **VI-** Executar os serviços, através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade pelo desempenho de suas funções;
- **VII -** Fiscalizar os serviços executados por seus funcionários, acatando as determinações e normas da **CONTRATANTE**, no tocante ao perfeito andamento dos serviços contratados;
- **VIII -** Manter todos os seus funcionários devidamente uniformizados, identificados com crachás, e registro de controle de frequência, para efeito de fiscalização pela **CONTRATANTE**. Todas as despesas com a confecção dos mesmos correrão por conta exclusivas da **CONTRATADA**;
- **IX** Substituir de imediato os funcionários cuja conduta seja julgada inconveniente, ou que a juízo da **CONTRATANTE**, não esteja em condições de, em dado momento, prestar serviços, bem como, nos casos de faltas, ausência legal ou férias, de maneira que a execução dos serviços não sofra solução de continuidade;
- **X** Assumir integral responsabilidade, no que diz respeito às obrigações Ambientais, decorrentes deste Contrato, como atender a legislação ambiental;
- XI Manter sempre atualizados os pagamentos referentes ao salário mensal de seus funcionários, vinculados aos serviços objetos deste Contrato, bem como todos os encargos sociais previstos na lei, sob pena de suspensão dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, referente ao mês vencido, até que seja satisfeita a obrigação;
- **XII -** Cumprir a Legislação referente às horas de trabalho permitido por pessoa, realizando as rendições dos Postos nos horários previstos;
- XIII Responder por qualquer recolhimento tributário indevido, e por quaisquer infrações fiscais cometidas, decorrentes da execução do objeto contratual. Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista contra a CONTRATANTE pelos seus funcionários, a CONTRATADA deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de Empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até o final do julgamento, respondendo pelo ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessará após o término ou rescisão do Contrato;
- **XIV -** Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- **XV -** Fornecer uniforme e seus complementos à mão de obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;
- **XVI -** Instruir seus funcionários quanto às necessidades de acatar as orientações dos prepostos da **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- **XVII -** As Partes se declaram cientes de que a prestação dos serviços aqui ajustados não importará em nenhuma hipótese, em vinculação laboral entre os funcionários envolvidos e a **CONTRATANTE**, de vez que eles mantêm relação empregatícia com a **CONTRATADA**, empregado na forma do disposto no Artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho CLT;
- **XVIII -** A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, solicitar os documentos que julgar convenientes, a seu critério único e exclusivo, objetivando cientificar-se do cumprimento pela **CONTRATADA** de todas as obrigações legais próprias de Empresa, referente aos funcionários vinculados aos serviços contratados, bem como de seus diretores, gerentes e/ou responsáveis, obrigando-se a **CONTRATADA** a satisfazer a exigência no prazo de 03 (três) dias úteis, através de documentos atualizados, sob pena de suspensão dos pagamentos devidos à época;
- **XIX -** Caso este Contrato venha a ser rescindido por solicitação da **CONTRATADA**, ou caso o mesmo não venha a ser renovado, a **CONTRATADA** deverá a critério da **CONTRATANTE**, continuar os serviços por um período de até 60 (sessenta) dias, prevalecendo as condições do Contrato inicial.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e na proposta de preços da **CONTRATADA**, que fazem parte integrante deste Contrato;
- II Fazer executar fielmente o contrato pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n° 13.303/16;





- **III -** Promover, por intermédio de servidor designado o acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- **V** Comunicar à **CONTRATADA** sempre que houver necessidade de substituição do funcionário ou refazer o serviço;
- VI Notificar quando houver falta do funcionário.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

- O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:
- a) advertência;
- **b)** multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor da nota de empenho, e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da licitação ou sobre o valor restante, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, respectivamente;
- **c)** suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração conforme art.83 da Lei 13.303/16., pelo prazo de até 02(dois) anos.
- d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo Primeiro -** As penalidades previstas acima serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa do interessado.

**Parágrafo Segundo -** As multas aplicadas deverão ser recolhidas a conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

**Parágrafo Terceiro -** As multas quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo INPC/IBGE.

**Parágrafo Quarto -** Nos casos de reincidência no descumprimento do prazo para entrega e substituição dos produtos contratados, poderá a Administração, após as devidas notificações e aguardando o contraditório, rescindir o contrato e seguir a ordem classificatória da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das demais sanções aqui previstas.

**Parágrafo Quinto -** Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias devidas pela **CONTRATADA** aos seus trabalhadores serão efetuados impreterivelmente na data limite estabelecido em Lei, sob pena de advertência e, se persistido o atraso por um período igual a 30 (trinta) dias, de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções legais.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS DE RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos da Seção I, do Capítulo II, da Lei Federal 13.303/16, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

**Parágrafo Primeiro -** Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta Cláusula ou aplicar as multas de que trata a Cláusula Treze deste Contrato.

**Parágrafo Segundo -** Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da **CONTRATADA**:

- I Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- **II -** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos ou outra grave irregularidade que prejudique o cumprimento deste contrato;
- III Atraso injustificado no início do serviço ou a lentidão no seu cumprimento;
- IV Paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação à CONTRATANTE;
- **V** Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores;
- VI Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto ora contratado, anotadas na forma do art.





118, § 2°, da Lei Estadual n° 15.608/07;

- VII Decretação de falência, instauração de insolvência civil ou dissolução da CONTRATADA;
- **VIII -** Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Contrato;
- **IX -** Atraso, pela **CONTRATADA**, por mais de 30 (trinta) dias no pagamento de salários ou outras verbas remuneratórias a seus trabalhadores;
- X Sonegação pela CONTRATADA no pagamento dos encargos legais, sociais e tributários devidos;
- **XI -** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XII A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- XIII A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração.

Parágrafo Terceiro - A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

- I Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado;
- II Ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- **III -** Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no art. 81, §1° da Lei Federal 13.303/16;
- **IV** Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- **V** Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **VI -** A não liberação pela **CONTRATANTE** de área ou local para a execução do serviço, nos prazos contratuais.

Parágrafo Quarto - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- I Determinada por ato unilateral e escrita da **CONTRATANTE** nos casos enumerados no Parágrafo Segundo;
- II Consensual, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual;

**Parágrafo Quinto -** Nos casos de rescisão administrativa ou consensual será precedida de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**;

**Parágrafo Sexto -** No caso de rescisão do contrato com fundamento em razões descritas no Parágrafo Terceiro, e desde que não haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito a:

- I Devolução da garantia;
- II Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III Pagamento do custo da desmobilização.

**Parágrafo Sétimo –** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e o direito de ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela Lei 13.303/16, Lei 10.520/01, Lei Complementar 101/00, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação referente ao objeto deste contrato, bem





como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

|          | ,                         | ,               |                             |
|----------|---------------------------|-----------------|-----------------------------|
| $\sim$ 1 |                           |                 | DO GESTOR DO CONTRATO       |
|          | $\Delta \Pi > \Pi \Delta$ | DECHNA OHINTA - | 1)() (=ESTOR 1)() (.ONTRATO |
|          |                           |                 |                             |

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE**, em atendimento ao art. 37 da Constituição Federal e art. 39 da Lei Federal 13.303/16, fica obrigada a publicar o resumo do contrato no Diário Oficial do Estado – DIOE.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, ......de ....... de 2018.

## CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. – CEASA/PR CONTRATANTE

### **NATALINO AVANCE DE SOUZA**

**JOÃO LUIZ BUSO** 

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo-Financeiro

## xxxxxxxxxx

Gestor

## 

| Representante da Empresa CONTRATADA | Δ |
|-------------------------------------|---|

| TESTEMUNHAS: |  |  |
|--------------|--|--|
|--------------|--|--|